

Vargas não queria monopólio da Petrobras

Em 6 de dezembro de 1951, o presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso um projeto de lei que acirraria, ao longo dos 22 meses seguintes, a já bastante acalorada discussão nacional em torno da importância do petróleo para a soberania econômica e militar de um país que dava os primeiros passos rumo ao desenvolvimento. O projeto original de Vargas criando uma empresa pública para a prospecção, o refino, a distribuição e a pesquisa do petróleo e de seus derivados — a Petrobras — não previa o monopólio estatal. A ideia era criar uma empresa de capital misto (cotada em Bolsa, portanto) com a maioria das ações nas mãos do Governo, para competir livremente

com as empresas privadas, inclusive estrangeiras.

Mas a proposta, no embalo da campanha “O petróleo é nosso”, deflagrada por militares nacionalistas no pós-Guerra, logo ganhou adesão popular. O projeto da Petrobras foi substancialmente modificado pelo Congresso até ser aprovado e sancionado, na forma da Lei 2.004, em 3 de outubro de 1953. Em janeiro de 1952, durante a tramitação no Legislativo, um deputado do próprio PTB de Vargas, Euzébio Rocha, apresentou substitutivo propondo o monopólio estatal e atribuindo sua execução à Petrobras, contrariando posição do Governo.

A instituição do monopólio teve o apoio tanto da esquerda

— os comunistas usavam o discurso nacionalista para pregar a ideologia antiimperialista, em tempos de Guerra Fria — quanto da direita mais conservadora. Em nome do nacionalismo e da afirmação da soberania, a UDN, o principal partido de oposição a Vargas, também assumiu a defesa do monopólio, a despeito do seu discurso liberal. O objetivo era conquistar a simpatia da opinião pública.

Em 10 de maio de 1954 foi instalada a Petrobras, com capital de quatro bilhões de cruzeiros e uma frota de 22 navios. No primeiro ano, a média de produção foi de 2.709 barris por dia. Hoje é de 750 mil barris por dia.